

Praia do Futuro sob tessituras de imaginários na ação fotográfica¹

Daniel Paiva de MACÊDO JR²
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

Resumo

Praia do Futuro é parte de Fortaleza e, componente de uma metrópole, está atravessada por distintos projetos de futuros, sobressaltando o comercializado pelo city marketing; e os partilhados pela população que ali habita. Entendendo que estas perspectivas coexistem, se confrontam e conferem potência diante da produção de imagens como expressão de imaginários, este trabalho se faz em ação de campo sob inspiração antropológica orientada em vínculos de proximidade e de afetividade durante os períodos de maio a julho de 2014, de 2016 e de 2019 a fim de tomar refletir sobre a ação fotográfica – praticada por mim e por outros sujeitos que comigo coabitavam – para, assim, discutir a tessitura de imaginários a partir da dinâmica produtiva e da fricção das perspectivas que, em meio aos regimes de temporalidades, depõem rumos para a cidade.

Palavras-chave: Ação fotográfica; imaginário; Praia do Futuro

INTRODUÇÃO

Fortaleza fez-se capital do Ceará em 1726, tomando o posto de Aquiraz sob demarcações para firmar-se como pólo de poder. Hoje, palco principal de uma metrópole, está atravessada por distintos projetos de futuros: de um lado, o “destino inventado” (GONDIM, 2007) que conforma cartão postal para inserir a capital cearense na disputa mundial do mercado do turismo; do outro, o desejo de seguir partilhando vivências cotidianas características dos usos e ocupações pela população que ali habita.

Distribuídos em territórios que se estendem do litoral às periferias, os povos em Fortaleza constituem, (re)criam e se inserem na produção das urbanidades não somente através da ocupação das zonas públicas. Produzem, também, através da fotografia nas experiências cotidianas sob usufrutos diferenciados e a partir dos objetivos que os motivam – na medida em que os ritos de registro visual se constituem em artefatos importantes para expressão de imaginários radicados na vivência comunitária – intensos

¹ - Trabalho apresentado no GP Comunicação, Imagem e Imaginários, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² - Doutorando em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, pesquisador no Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência. Email: daniel.3macedo@gmail.com

contrastes com as visualidades construídas pelas narrativas dos agentes da economia do turismo. Portanto, temos nas imagens um importante depoimento “das tensões e do invisível nas ocultações” que as tornam objeto de interesse sociológico para Martins (2016, p. 61) e que tornam tangíveis os discursos e intencionalidades sobre um locus.

Mobilizar o conceito de imaginário, neste trabalho, surge segundo a proposição de Recket (1989, p. 11) onde são um conjunto de imagens que atribuem sentidos a uma espacialidade. Recket propõe essa leitura ao discutir, diante da dinâmica urbana, como determinados signos firmam-se com pregnância na imaginação primeira das cidades. No caso de Fortaleza, uma cidade que se fez capital pelos poderes do Porto, que se ergue a beira do mar e que tem nesta espacialidade seus destinos inventados: é tateável a relação profunda que posiciona a Praia como imaginário da cidade.

Estes escritos focam o olhar sob a Praia do Futuro, um dos territórios em Fortaleza que se faz em fricções e em idealizações sobre o devir que ali se avizinha. A decisão pelo locus ocorre em torno das experiências onde o imaginário do locus é versado como espaço comum, público, partilhado e um dos mais potentes pontos de encontro entre aqueles que compõem a cidade; ofuscando, a seu modo, as aporias e os embates que coexistem e conformam a espacialidade.

Considerando o contexto de disputa simbólica sobre a Praia do Futuro, busca-se na figura do fotógrafo um ponto de leitura para expressão que versa imaginários constituídos em imagens sobre um espaço entremeado por oposições de ordem social, econômica, política e estética e em meio ao complexo ecossistema midiático de nossos tempos. Para isto, realizo exercício de pesquisa em campo sob inspiração antropológica em Magnani (2008) que defende proximidade com o território e, assim, tomo a fotografia como método para inscrição das afetações segundo orientação em Martins (2016). Assim, em temporadas versadas em registros visuais resultantes de interação com o locus, este trabalho espraia as observações e as impressões figuradas em notas de campo que posicionam a produção de imagens como dinâmica capaz de aportar leituras possíveis sobre as relações contidas na ação fotográfica e na disputa de sentidos e significações sobre a espacialidade.

O FUTURO DE UMA PRAIA

Já era praia e, resultado da ocupação territorial, tornou-se primeiro locus de moradia, de trabalho e de sociabilidade das famílias de pescadores. Até o dia que o verbo jornalístico a projetou como objeto do desenvolvimento capitalista e a nomeou por ‘Praia do Futuro’ em publicação no Jornal Correio do Ceará, em março de 1949. Araripe (1997, p. 222) confessa que, quando editor do periódico, inaugurou o nome do recanto, mas "queria dizer é que aquela era a Praia de nosso futuro urbano, e não dar um nome definitivo a ela, sem sentido, aliás, para ser um nome próprio, para ter caráter toponímico".

Em conjunção, os produtos de comunicação social e de marketing, ao longo dos anos, empenharam esforços na constituição de um imaginário sobre o território. Como destaca Maciel (2011, p. 40), os intentos verbais para atribuir sentido ao espaço se articulam com a dinâmica de transformação de Fortaleza: foi “futura praia de banho” e “futura barra da Tijuca” nas décadas de 1950 à 1970. Os termos urgiam como promessas da ampliação da infraestrutura em resposta à pressão popular da Aldeota por um ambiente de lazer onde a balneabilidade não estivesse comprometida; e, por sua vez, apresentasse condições dignas ao lazer e resultante de planejamento para este fim, até então não ofertadas pelas praias de Iracema, de Formosa e do Meireles – como destaca o trabalho de Abreu Junior (2005, p 51). Julgaram “praia do presente”, “praia do crescimento anárquico” e “praia do caos urbano”, em 1980, ao lidar com os contrastes do aumento residencial em desconformidade com o plano turístico ali projetado; reivindicaram “a praia mais badalada da cidade” no início da década de 90 em discurso proferido pelo empresariado e por gestores públicos como marcador de mudança e de reordenamento territorial.

O Plano de Desenvolvimento Sustentável, lançado em 1995 pelo ‘Governo das Mudanças’ realizado por Tasso Jereissati (PSDB), é marcado por ampla política de reordenamento espacial a fim de demarcar Fortaleza no cenário competitivo na economia do turismo. O documento advoga a premissa de investimentos nas “vocações turísticas natas” (CEARÁ, 1995, p. 9) a partir de olhar centrado na dinâmica litorânea com ênfase em Fortaleza – apesar de criticar a macrocefalia urbana característica da cidade e que julgara ser resultante da ineficácia de gestores anteriores. Nisto, agrega-se à Praia do Futuro a assinatura de ‘Miami do Nordeste’; enquanto o Ceará assume a alcunha de ‘Terra

da luz’ em campanha de “*city marketing*” (HARVEY, 2004) de ampla projeção a fim de figurar estes lugares como produtos turísticos viáveis ao cenário internacional como situa Linda Gondim (2004).

A constante de palavras utilizadas a fim de tipificar espaços nos aciona a discussão realizada por Depaule e Topalov (2001, p. 19), pois, assim como eles, percebo com inquietação o privilégio dado a construção de significados em oposição a pouca atenção conferida ao objeto do discurso. Como propõem os autores: “as palavras apenas designavam coisas que lá estavam” e que já existiam e, assim, eram dotadas de significados na medida em que compunham a experiência social. Palavras são, portanto, depoimentos do léxico dicionarizado de quem as conjuga e dos desejos que pretendem a um objeto.

A despeito das intenções de Araripe, o fato é que o nome ‘Praia do Futuro’ perdura até hoje como identificação do território zoneado em dois bairros de administração pública caracterizados por 8Km de faixa litorânea, em detrimento das nomeações comunitárias que ali coexistem, que chamam aquele pedaço de chão por Luxou, por 31 de Março, por Cocos, por Embratel, por Caça e Pesca e por Humaitá.

A praia é parte da Fortaleza. Uma cidade que reúne montante superior a 2,5 milhões de habitantes, produzindo a marca de 7.786,44 hab/km² que a faz figurar com a maior densidade demográfica dentre as capitais brasileiras (IBGE, 2010) e figura-se entre as doze metrópoles urbanas do país (IBGE, 2008). Somos um porto margeado em profunda desigualdade exposta nas diferenças observadas no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (FDR, 2021), onde o bairro Meireles possui 0,953 – superior ao da Noruega (0,944) que ocupa 1º no ranking mundial – e o bairro Praia do Futuro II alcança 0,167 – inferior ao do Níger (0,348), situado como último da lista de países.

Meireles e Praia do Futuro, divididos por 5km, são dois perfilamentos possíveis na diversidade do litoral alencarino e que escancaram as facetas de nossas contradições. Ambos os bairros pertenciam a Regional II até a última reforma administrativa. Um pedaço de Fortaleza erguido no contato com a faixa litorânea, dividido pelo conjunto de todos os bairros da cidade com marcadores acima de 0,7 no IDH, a exemplo da Aldeota, Cocó, Praia de Iracema e Mucuripe; e das áreas socialmente vulnerabilizadas que, objetos do estudo de Costa (2019), situam territórios de resistência para manter-se morando ali diante da alta taxa de especulação imobiliária e das incessantes pressões políticas e remoções violentas em nome de um projeto de desenvolvimento que despreza a

experiência comunitária e as memórias de famílias que vivem no Vicente Pinzón e na Praia do Futuro.

Antes seis, desde janeiro de 2021 o município passou a ser dividida em doze regiões administrativas a fim de atender os interesses pautados no Plano Diretor do município (FORTALEZA, 2009), no Plano Fortaleza 2040 (FORTALEZA, 2016) e nos interesses econômicos dos entes com poder financeiro. A Regional II, uma ficção de gestão pública, já não existe como conhecíamos. Dividida em duas, permanece como Regional II o conjunto de bairros com alto IDH que conformam o ideário de Fortaleza mundializada promovida em *city marketing*; e, do outro lado, nasce a Regional VII orientada ao avanço de um projeto turístico em curso pautado na exploração socioambiental no litoral leste, abarcando a Praia do Futuro e as reservas ambientais do Cocó, da Sabiaguaba e da Sapiranga – extensões de continuidade do litoral leste.

O encontro das pessoas com o mar alimenta as relações de uma população sociabilizada no litoral. De relações naturalizadas à gestão de “vocações turísticas” para promoção de “ações natas” (CEARÁ, 1995), as atenções governamentais e do empresariado demarcam ação de manejo repressivo das populações do território costeiro para construir uma representação que favoreça à ocupação segundo lógica de desenvolvimento capitalista.

Representação, aqui acionado, surge como um demarcador pensado a partir de Moriceau (2020, p. 108) que a visualiza como uma cristalização idealizada e pela qual faz-se norma diante da lógica moderna para “defesa contra o perigo, contra os devires, contra as inquietações, contra os afetos. A representação mantém as distâncias, reitera as hierarquias e as ordens majoritárias” como gesto dicotômico que estabelece pertencas e exclusões. É no sentido de ofertar uma representação confortável ao mercado mundial que os esforços de diferentes governos pautam “a inserção do Ceará no processo de globalização e a transformação de Fortaleza em ‘cidade mundial’ [e] devem ser compreendidas como parte de um projeto político, para o qual a produção de novas imagens assume caráter estratégico” (GONDIM, 2004, p. 17). Como desdobramento, articulam composto narrativo que revelam o ideário paradisíaco pautado no consumo de alto padrão. Em conjunção, seriados esforços comunicativos para: vender o cartão postal.

Dentre os signos do turismo mundializado promovido por *city marketing*, Dias e Cassar (2005, p. 164) compreendem que se constitui de ampla disputa por consumidores “influenciados pela imagem de marca das cidades em que os estereótipos ocupam um

grau importante, acompanhado dos estilos de vida e das experiências de outros consumidores”. Ou seja, na construção de uma experiência visual do território e de estereótipos sobre a população, um conjunto de afirmativas vislumbradas que estabelecem dicotomia com as práticas da população local e com as características de uso e ocupação daquele lugar.

Assim, constituição da Praia do Futuro segundo os preceitos do mercado do lazer e do turismo se articula ao conceito de “destinos inventados” proferido por Linda Gondim (2007) dado que, diferente da promoção das “especificidades físicas, ecológicas e culturais da base territorial” (CEARÁ, 1995, p. 79) se reordena um conjunto de fatores a fim de fabricar uma espacialidade na intenção de atender a demanda de “fuga do cotidiano” (URRY, 2001) que nega a experiência comunitária pré-existente dos cidadão ali residentes.

Não por menos, parto neste trabalho da compreensão onde a Praia do Futuro é uma área em constante disputa: sejam nas batalhas jurídicas entre moradores e empresários pelo direito de acesso, de uso e de permanência no território, sejam nas batalhas simbólicas para composição de imaginário sobre um local e sobre os sujeitos que nele habitam.

As disputas que engendram uma capital em movimento como Fortaleza não se isolam nas instâncias deliberativas do Estado; mas se praticam nas expressões cotidianas que espriam embates narrativos que se orientam a um projeto de hegemonia. São nas trocas simbólicas, na constituição de desejos coletivos sobre o local onde vivemos que reside uma importante mola propulsora das mudanças no território. Afinal, fruto de contradições, uma cidade se faz na interação dos sujeitos com o espaço praticado mediada pelas relações de poder como propusera Milton Santos (2006, p. 215), tornando-se objeto de disputa no campo do imaginário e na projeção de futuros que orientam construções e articulações no xadrez político que move a sociedade.

Não é ao acaso que, dentre as marcas da intervenção humana naquele pedaço de litoral, visualiza-se com acirramento a disputa de poder simbólico que, entendido por Bourdieu (1989, p.14) como a possibilidade “de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo”, reordena identidades concebidas e o rumo das transformações ali dimensionadas. Afinal, “a compreensão da produção social do espaço urbano passa pela análise de vários processos, agentes e

sujeitos que se amalgamam em relações conflituosas e contraditórias” sintetiza Elizete Santos (2012, p. 63) ao estudar o processo de concentração fundiária em Fortaleza.

UM MAR MIRADO EM MUITAS CÂMERAS

Residente em Fortaleza e tendo a Praia do Futuro como um dos espaços orientados ao convívio e à partilha entre perfis de distintos pontos da cidade, é certo que sou atravessado por afetações e memórias acionadas a cada momento que me somo ao mar de gente. A experiência de viver na metrópole me dota de propósitos políticos e estéticos que, nos rumos da pesquisa em registros visuais, toma forma na ação de campo e entranha minhas percepções sobre Fortaleza. Por isso, desde o início, me amparo nas lições em antropologia urbana ensinadas por Magnani (2002; 2008) que propõem relações de aproximação e que admitem o exercício do afeto como termômetro na ação em campo.

Tomo aqui o afeto, nos termos de Moriceau (2020, p. 64), como um gesto de evasão à neutralidade entendendo que trata-se de uma abertura capaz de pôr em comunicação, de abalar, de tocar e/ou de atingir fundamentos e, assim, movê-los. Afetar-se, logo, é produzir uma experiência.

Moriceau (2020, p. 30) é cirúrgico ao advogar que a potencialidade das experiências dismantlar as cristalizações das representações. Assim, valorizo as premissas contidas nos atravessamentos em abandono a uma compreensão monolítica sobre espacialidades ao adotar como orientação teórico-metodológico a iniciativa de abrir o peito à maresia e deixar viver os ensinamentos do campo e dos sujeitos que se permitiram à interação. Logo, oriento-me em intervenção que desmonta o lugar de diferença imposto pela alcunha de ‘jornalista’ e de ‘fonte’ ao assumir o local que nos é próprio enquanto sujeitos transitórios na Fortaleza; e o ato fotográfico como ação comum que compõe a ritualística contemporânea em zonas de consumo.

Bebo da compreensão compartilhada por Martins (2016, p. 12) onde não há pesquisa em ciências humanas sem interação entre agentes envolvidos por entender a dinâmica de produção fotográfica como ato compartilhado sob lógicas e finalidades distintas, sendo o registro uma expressão desta relação. Deste modo, me pauto na valia em construir percurso composto em temporadas de campo ocorridas de maio a julho de 2014, de 2016 e de 2019 na Praia do Futuro, em Fortaleza.

Tomar parte importante da urbe como objeto de atenção fotográfica não é exclusivo a estes esforços. Trata-se de um capítulo diante do fluxo na cena contemporânea que, em detrimento da larga tradição documental cearense onde “a cidade e a cultura urbana pareciam não existir, não ter vida no mundo das imagens” (REIS FILHO, 2017, p. 111), passa a compor foco de projeção na última década.

A prática de campo consistiu em visitas de registro, sempre munidas de uma Nikon D5100 e duas lentes, sendo: uma AF-S DX NIKKOR 18-140mm f/3.5-5.6G de oscilação de grande angular à telefoto; e uma AF NIKKOR 50mm f/1-1.8D. Adotando o que chamo neste trabalho de fotografia transitória, percorria o banco de areia, espaços públicos e de convívio social no locus produzindo registros sem fixar-me em um ponto e, na medida em que compus o território, registrava os perfis e ambiências que me despertavam atenção e afetos. Aqui, vale a "observação imediata" do objeto a ser enquadrado proposto por Benjamin (1996, p. 103) e, por consequência, ação orientada a obter registros que, descontínuos, conjugam a poética única da ação trivial e, a luz da responsabilidade histórica, versar sobre o que percebia comum e que não ocupa assento nos documentos oficiais e na representação da Praia do Futuro construída pelo Estado e pelo empresariado.

Neste trabalho, assim, me proponho não a discutir uma análise das imagens produzidas; mas a discutir a prática de ação fotográfica realizada naquele lugar por mim e por outras pessoas que ali coexistiam comigo diante das dinâmicas de expressão e fricção de imaginários.

Para isso, é fundamental demarcar que não se trata de uma leitura onde fotografar consiste na produção de documentos ilustrativos ou em mero instrumento de pesquisa. Como defende José Martins (2016, p. 23) “ela é constitutiva da realidade contemporânea e, nesse sentido, é, de certo modo, objeto e também sujeito” na medida em que entende ser prática comum e capaz de pautar discussões, ações e tomadas de decisões que podem reordenar o circuito social e a compreensão da espacialidade.

Busca-se, assim, perceber a ação fotográfica como expressão da divisão policial do sensível que Rancière (2012, p. 43) entende por “existência de uma relação harmoniosa” entre sujeitos criadores, equipamentos e território – alocando sujeitos como também parte deste último. Assim, a ação fotográfica figura-se em gestos de composição do imaginário diante de temporalidades múltiplas e de um espaço versado sob muitos

formatos e, não por menos, um exercício que muito pode nos contar sobre possibilidades de sentir, de dizer e de fazer que convém a quem a pratica.

Com câmeras em punho, o clique não é um ato efêmero. Denotar atenção á ação fotográfica é tratar com centralidade os marcos de Martins (2016, p.11) ao advogar que o fotógrafo se pauta na imaginação para travar composições estéticas como marca da “expressão e momento do ato de conhecer a sociedade com recursos e horizontes próprios e peculiares”. Esta percepção também é compartilhada por Flusser (2017, p. 132) que, de modo sistemático, propõe que a ação fotográfica “precisa primeiro imaginar, depois conceber, para, por fim, poder ‘imaginar tecnicamente’” sendo o manejo da maquinaria e o produto do processo alguns dos componentes da mecânica imaginária.

Kossoy (2001, p. 42) ao versar que “o registro visual documenta a própria atitude do fotógrafo diante da realidade; seu estado de espírito e sua ideologia acabam transparecendo em suas imagens” já nos trazia elementos para ponderar, nos indícios da fotografia, retratos do fotógrafo. Não à toa, é justo reconhecer que ela possui significação ideológica – ao enquadrar cenas e delimitar um discurso narrativo através da composição – e função política – na medida em que o discurso assume pregnância e é reconhecido como real. E, nisto,

“se na fotografia há tensões que empurram as imagens para fora dos enquadramentos, propondo sobressignificados ocultos e não intencionais, há também formalizações deformadoras que se expressam em imagens que resultam de relações de poder e modos de dominação social e política” (MARTINS, 2016, p. 152)

Cabe, pois, ler a ação fotográfica como gesto de expressão de imaginários que, de modos múltiplos, muito nos podem dizer sobre a tessitura e sobre os movimentos que engendram narrativas e projeções sobre o lugar. Trata-se, em outras palavras, de evadir da lógica midiacentrada que atesta no produto a totalidade em detrimento nas nuances contextuais contidas, dentre outras, nas ações produtivas. Estas últimas são, portanto, uma via outra para compreender as tramas que se desenvolvem na Praia do Futuro.

TECIAMOS IMAGINÁRIOS SOB O SOL

Ciente do lugar social que ocupo no banco de areia, compreendo que os registros ali produzidos são ficções mediadas “pelo tempo da fotografia, pelo olhar e pela situação

social do próprio fotógrafo, por aquilo que ele socialmente representa e pensa” (MARTINS, 2016, p. 66). Em outras palavras, entendo que a ação fotográfica é incapaz de exprimir em poéticas visuais a complexidade da Praia do Futuro, mas confirma um ângulo – a mirada de quem a pratica – construído no espaço e pelo qual a experiência nos permite refletir sobre o local do fotógrafo diante fricções de poder simbólico.

Neste sentido, retomo as anotações de campo que registram impressões minhas ao fotografar e ao perceber outros perfis em ação equivalente. As leituras que se tecem, neste sentido, não buscam ser categóricas ou enquadrar e delimitar a produção imagética, mas se propõe a tatear as errâncias e ler em via dos afetos os “engajamentos com o lugar” para, assim, empreender esforços de leitura diante das ocupações, das lutas e dos imaginários como nos fala Moriceau (2020, p. 32) ao pensar em termos de um corpo-memória que se faz em experiências transitórias.

Tomar as anotações pulsantes das flanagens na Praia, quando se voltam a leituras das minhas e de outras ações em fotografia, não devem ser encaradas como um gesto de contenção ou de classificação, dado que dizem muito mais sobre meu tato de leitura do que sobre a potencialidade criativa da linguagem e, através deste, um convite à discussão e a reflexão em torno de tais ações – o que em muito se difere dos esforços que se voltam a delimitar e a explicar de modo totalizante e homogêneo.

A primeira leitura que tomo nota, no campo, está na dualidade entre o avanço da política de turismo para a Praia do Futuro e as dinâmicas dos sujeitos que ocupam o território de forma cotidiana trata-se de uma aplicação de validação dos escritos de Rancière (2012, p. 12) ao exprimir “que o homem contempla no espetáculo a atividade que lhe foi subtraída, é a sua própria essência que se tornou estranha, voltada contra ele, organizadora de um mundo coletivo cuja realidade é a realidade desse desapossamento”. Ou seja, toda a tessitura desenvolvida em nome do pretenso progresso econômico naquela região são depoentes constantes das remoções de comunidades de larga trajetória de ocupação, são verdadeiras reduções das atividades cotidianas que, espetacularizadas, tornam o espaço estranho àquelas e àqueles que ali constituíram profundas raízes.

A segunda leitura – intrinsecamente ligada á primeira – está na demarcada intencionalidade das imagens que ali são concebidas. Percebia isso com muita destreza em meu fazer ao me ver diante das questões propostas por Benjamin (1996, p. 225) que nos convidam a volver nossa atuação em aliança aos excluídos pela narrativa oficial do Estado. Buscava, assim, (re)afirmar com os sujeitos que, em minha experiência de campo,

permitted themselves to interaction and they postulated themselves as holders of knowledges and of patrimonies cultural of imaterial order inherent to the peoples of that place and that carry with them brands understood as importance in conviviality with the space. However, she also perceived in a conscious way that other social particularities calcified in the expression of a type of idealized body, endowed with determined goods of consumption that express aesthetic patterns that also coexisted and produced images in selfie that reinforced the locus advocated by *city marketing*. In both cases, in the concretudes and in the derivatives, we have productions that versate in imagetic fictions about these urban subjects and about the spatiality – that, in its way, much tells us about who produces it.

This is not an inaugural reading. In analyzing experiences from Ceará, with attention to the work ‘Gente no Centro’ by Silas de Paula, Osmar Reis Filho (2017, p. 124) expresses that “a photograph not only documents the transformations that occurred, but, in doing so, forges and ennobles a determined image of the city”. In this way, she exposes that urban photography is imperative of positioning; inclusive, in considering it as a hypothesis the reasons of nature “both aesthetic, as much as political” (2017, p. 114) and “they constitute themselves as vehicles propagators of an imaginary that, at the same time, questions and recreates, problematizes and transforms the urban medium” (2017, p. 124).

In the political nature of photography that enframes the metropolis, it is just to take note that they treat visual artifacts that “not only represent, but intervene in the city, taking part in the disputes and political dynamics by the use and by the configuration of the urban space” (REIS FILHO, 2017, p. 124) assuming the recognition of the importance of this action in inscribing productions that provide frictions with the project of the places invented.

A third reading, in its turn, is in the duality between spectacularization and the everyday. It is certain that the advent of technology promoted dynamics of mediation (HEPP, 2014, p. 51) profound in society. The greater circulation of mobile devices with photographic capacity in the everyday fostered a symbolic trench “to deny in the image this very everyday” (MARTINS, 2016, p. 53) establishing relations of affirmation and “denial” of the ties between social presentation and representation (MARTINS, 2016, p. 47). It is about, beyond the friction of imaginaries advocated by *city marketing* and by the communities of use and occupation, of a dispute that seeks to conceive what should be understood as everyday experience, common and continuous. In the measure in which the first embraces the circuit of luxurious consumption that excludes the second; there, in its

vez, nas práticas comunitárias uma relação orgânica com o território que é sumariamente ocultada do enquadramento pela narrativa oficial do Estado. Por isso, é justo pensarmos nessa dualidade em termos de Urry (2001, p.) ao discutir sobre fuga do cotidiano instaurando espetáculos e nos modos como faz Rancière (2012, p. 95) ao propor que “uma imagem nunca está sozinha” para exaltar que ela está interrelacionada ao circuito de visibilidade que regula “estatuto dos corpos” e modula a atenção que merecem.

Alvo de idealização, a experiência de campo ensina que a popularização dos aparelhos fotográficos em dispositivos móveis não é, em essência, um mecanismo contributivo nesta disputa simbólica. A constante de ritos fotográficos realizados por outros perfis no espaço partilhado era constante e ininterrupta; entretanto, majoritariamente agenciados no reforço da composição de simulacro aliado ao imaginário da Praia do Futuro projetada pela indústria turística. Não por acaso, sentia no campo que, diferente de outras vias urbanas onde antes desenvolvi ação fotográfica, a câmera e a performance para produção de registros visuais na Praia do Futuro – majoritariamente – não afluíam estranhamentos ou alternância de posturas nos demais agentes de interação. Afinal, espaço partilhado sob dinâmicas de disputa, mas, também, de exposição permanente, acende e torna palpável a máxima de Flusser (2017, p. 54) ao ponderar que o sujeito em nossos tempos “não é mais uma pessoa de ações concretas, mas sim um performer [...] para ele, a vida deixou de ser um drama e passou a ser um espetáculo”. Trata-se, portanto, da exposição como um traço inerente a áreas espetacularizadas e da fotografia, em muitos casos, como algo esperado e projetado a se realizar naquele canto.

Por isso, se discutíamos antes que o registro visual permeia imaginação, enquadramento e decisões políticas e estéticas do fotógrafo, é justo ponderar que estes critérios também são praticados pelos sujeitos em interação (RANCIÈRE, 2016, p. 47; MARTINS, 2016, p. 28) e, nisto, “a própria realidade fotografada, pessoas ou situações, já é em si mesma um cenário teatral e polissêmico”, atesta Martins (2016, p. 169). Trato, portanto, da ação fotografia contemporânea como um gesto compartilhado para perceber o mundo nos versos que toam imaginários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estes escritos e o corpo que os tece são parte da cidade e, não por menos, ao tatearmos as lógicas nela ancoradas é justo que me permita ser atravessado por memórias

e sentimentos de toda ordem. Portanto, nunca coube neste circuito de pesquisa preceitos de isenção e neutralidade. Aliás, é preciso partilhar que, jornalista de formação, o campo aliado ao amparo das bases teóricas aqui discutidas, me orientou esforços em despir o lugar trajado no status de ‘senhores da memória’ proposto por Barbosa (2004) que ancora distância ao perfil profissional para assumir, na relação com o outro, um importante pilar na partilha de produção colaborativa sobre a experiência cotidiana em espaço público.

Praticar este lugar é permitir-se aprender com o campo as premissas orientadas por Rancière (2012, p. 84) onde nós, fotógrafos, também somos espectadores da obra; somos sujeitos decisivos, partícipes, protagonistas e coadjuvantes – e vice-versa – na interação com outros que também assumem esses papéis de modo compartilhado para conjugação coletiva de Fortaleza.

Os espaços públicos, comuns e transitórios a exemplo da Praia do Futuro são potências onde a estética encontra a política porque admite a experiência de dissenso nos termos pensados por Rancière (2012, p. 60) onde “oposta à apartação mimética ou ética das produções artísticas com fins sociais”, permite a coexistência das diferenças, uma janela para produzir rumos e obras compartilhadas capazes de reinventar futuros predispostos.

Há, portanto, uma Praia de Futuros distintos que, articulados sobre temporalidades de ordens incalculáveis, são partes da complexidade, das tensões, dos imbricamentos e das curvas que fazem daquele pedaço de litoral um campo potente da expressão de Fortaleza. Se é verdade que esses futuros estão em disputa na ordem política e econômica que regulamentam a cidade – portanto, a vidas pessoas – é também verdade que a experiência errante muito nos ensina nos contrastes, nas aporias e nas aproximações que a ocupação do locus – como em poucos cantos de Fortaleza – reúne e agremia distintos públicos em partilha da espacialidade.

Abandonar o futuro único advogado pela prerrogativa de progresso moderna do capitalismo global que caracteriza o *city marketing* é permitir que os futuros múltiplos, descontínuos dos sujeitos possam coabitar em leveza e em potência a Praia. Como gesto de respeito à cidade – entendida como um resultado compartilhado, pautada nas relações e nas contradições entre sujeitos e instituições – a opção por desenvolver registros como frutos de interações simbólicas com sujeitos transeuntes que, parte da experiência cotidiana, destoam da estética comercial do *city marketing* empreendido pelo Governo e pelo empresariado; surgem como um gesto de pensar e dizer sobre futuros outros.

Por fim, é justo reiterar que a ação fotográfica constrói um “conjunto narrativo de histórias e não fragmentos imagéticos, como memória dos dilaceramentos, das rupturas, dos abismos e dos distanciamentos” (MARTINS, 2016, p. 45) e, frente as disputas simbólicas, um “documento da tensão entre ocultação e revelação tão característica da cotidianidade”, como já alertara Martins (2016, p. 36). Naquela praia, a ação fotográfica muito nos diz sobre o devir. Posicionar-se ao lado dos que ocupam a praia, interação com o espaço é tomar o lado da contravenção à norma econômica e, como tal, constituir parte da narrativa que nos diz sobre a Praia de Futuros.

REFERÊNCIAS

ABREU JUNIOR, Pedro. **Uso e ocupação do solo: O futuro da Praia do Futuro**. 2005. 238f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2005.

ARARIPE, J. **Fortaleza e as cidades que nela coexistem**. Fortaleza: Revista do Instituto do Ceará, 1997.

BARBOSA, Marialva. **Jornalistas, “senhores da memória?”**. In: Congresso da Intercom, 27, 2004, Porto Alegre. Anais [...]. São Paulo: Intercom, 2004. Disponível em: <portcom.intercom.org.br/pdfs/5281189434155472217413491799349447635.pdf>. Acesso em: 06 de maio de 2021.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.

CEARÁ. Governador, 1995-1998 (Tasso Jereissati). Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará – 1995-1998. Fortaleza: SEPLAN, 1995, p.46.

COSTA, Ana Lúcia. **O setor leste da orla marítima de Fortaleza/CE: ameaças e resistências**. In: XVI Simpósio de Geografia Urbana - SIMPURB, 2019, Vitória-ES. Anais do XVI SIMPURB, 2019. v. 1. p. 3242-3261.

DEPAULE, Jean-Charles; TOPOLOV, Christian. “A cidade através de suas palavras”. In: BRESCIANI, Maria (Org) **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.
DIAS, Reinaldo; CASSAR, Maurício. **Fundamentos do marketing turístico**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

FDR. Fundação Demócrito Rocha. **Anuário do Ceará 2020-2021**. Fortaleza: O Povo, 2021.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal de Fortaleza. Plano Diretor Participativo de Fortaleza. Fortaleza, CE, 2009.

_____. Plano Fortaleza 2040. Fortaleza, CE, 2016.

GONDIM, Linda. Imagens da cidade, políticas culturais e desenvolvimento urbano: a produção imaginária de Fortaleza como ‘cidade global’. In: **Reforma do Estado e outros estudos**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004, p.13-32.

_____. **O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade**. São Paulo: Annablume, 2007.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HEPP, Andreas. **As configurações comunicativas de mundos midiaticizados: pesquisa da midiaticização na era da “mediação de tudo”**. Matrizes. V. 8 - No 1 jan./jun. 2014 São Paulo – Brasil, 2014.

IBGE. As redes urbanas. In: **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

_____. Ceará. In: **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MACIEL, Welington. **Tempos e espaços da Praia do Futuro: usos e classificações de uma zona liminar**. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

MAGNANI, José. **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo: EdUSP, 2008.

_____. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. RBCS, vol.17, n°49, junho de 2002, p.11-29

MARTINS, José. **Sociologia da Fotografia e da Imagem**. São Paulo: Contexto, 2016.

MORICEAU, Jean-Luc. **Afetos na pesquisa acadêmica**. Belo Horizonte: FAFICH/Selo PPGCom UFMG, 2020.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: WMF Martins, 2012.

RECKET, Stephen. **O imaginário da cidade**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

REIS FILHO, Osmar. Imagens insurgentes: notas sobre a fotografia urbana no Ceará. In: **Discursos fotográficos**, Londrina, v.13, n.22, p.107-127, jan./jul. 2017.

SANTOS, Elizete. Propriedade privada da terra e expansão urbana: o caso da concentração fundiária na implantação de loteamentos em Fortaleza (1930-2000). **Ateliê Geográfico**. v. 6, n. 4, p. 61-87, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do tempo: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EdUSP, 2006.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Nobel, 2001.